



## Relator diz que servidor federal não terá reajuste maior que 5%

Pelo relatório preliminar de Jucá sobre o projeto do Orçamento para 2013, o mesmo índice será aplicado em 2014 e 2015; documento também prevê para cada parlamentar o limite de R\$ 15 milhões para emendas, dos quais R\$ 2 milhões ficam vinculados à saúde

**A**té amanhã, a Comissão Mista de Orçamento receberá emendas ao parecer preliminar do senador Romero Jucá. De acordo com ele, não será possível conceder mais de

5% de reajuste salarial aos funcionários federais por causa de uma “limitação financeira brutal” do poder público. Outro ponto do relatório limita o valor das emendas para cada parlamentar a

R\$ 15 milhões, dos quais ao menos R\$ 2 milhões devem ser destinados obrigatoriamente a ações de saúde. Jucá disse que corre contra o relógio para que o projeto seja aprovado até dezembro. **5**

**Oposição quer que MP continue a investigar após fim da CPI 4**

José Cruz/Agência Senado

**Comissão aprova seis projetos de participantes do Jovem Senador 6**

**Rocha moída poderá ser usada como fertilizante 3**

**Avança matéria que protege os produtores de carne 3**

**Iniciativa que dá estímulo à produção de caju vai a Plenário 3**

Funcionários trabalham em fábrica de beneficiamento de castanha de caju mantida pela ONG Amigos do Bem



Ash Ashaninka, Eliseu Caiuá, Tonico Benites, Delfino e senador Delcídio do Amaral, que quer incluir a proposta do Ministério Público no Orçamento da União

**Para procurador, União deve devolver terras a guaranis-caiuás**

O procurador da República Marco Antonio Delfino disse na quinta-feira, em audiência no Senado, que a solução para o conflito envolvendo os índios é a União devolver-lhes as terras e indenizar os proprietários atuais. Grupo de senadores deve visitar a região do conflito, em Dourados (MS). **2**



Amigos do Bem

**Everardo explicará propostas do pacto federativo**

O relator da comissão especial que propôs novas regras para o pacto federativo, Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal, falará amanhã sobre o tema na Comissão de Assuntos Econômicos. **8**

**Situação dos quilombolas será debatida nesta segunda 7**

5ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz

O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA DA TEORIA À PRÁTICA

6 A 8 DE NOVEMBRO DE 2012

Serviço Público - Brasília

Infância & Paz

5ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz

Realização

SENADO FEDERAL

# Procurador: devolver terras é a única solução

Participantes de audiência na CDH dizem que a União precisa reconhecer seu erro, deixar os guaranis-caiúas viverem na reserva, em Dourados (MS), e indenizar produtores rurais

“O CONFLITO ENTRE os índios guaranis-caiúas, de Dourados (MS), e os fazendeiros deve-se ao fato de o Estado ter concedido a titularidade da terra a produtores agropecuários e, posteriormente, com a Constituição de 1988, ter reconhecido que as mesmas terras pertencem tradicionalmente aos indígenas”, afirmou o procurador da República Marco Antonio Delfino. Portanto, concluiu, a solução para o conflito é a União reconhecer o erro, conceder a terra aos guaranis-caiúas e indenizar os proprietários atuais.

Delfino participou de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a situação dos índios. Ele disse que a simples demarcação é importante, mas não gera benefício significativo ao povo indígena, pois acirra as tensões com os fazendeiros da região.

O representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Eliseu Lopes Caiuá, afirmou que a assembleia-geral (*Aty Guasu*) dos guaranis-caiúas decidiu não mais aguardar a decisão governamental e agora age para retomar suas terras. Ele

contou que a situação está insustentável, pois os índios estão em moradias provisórias e sem condições dignas, e convivem com a morte de seus líderes e ameaças de pistoleiros.

— Queremos uma solução em breve, não em cinco ou dez anos — disse.

O antropólogo Tônico Benites Caiuá ressaltou que seu povo está em processo de extinção. Disse que, em 1600, havia de cinco a seis milhões de pessoas de sua etnia no Brasil, hoje reduzida a 45 mil.

— Antes, não precisávamos nos humilhar pedindo cesta básica, tínhamos tudo de que precisávamos: floresta, plantas medicinais e frutíferas. Hoje não isso existe mais. Os caiúas não são invasores de terras, querem apenas sobreviver — destacou.

## Indenizações

Na avaliação de Delcídio do Amaral (PT-MS), a União precisa adotar a solução sugerida por Delfino. O senador disse que conversou com a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Maria do Amaral Azevedo, para, juntamente com o Ministério da



Tônico Benites (E), Eliseu Lopes, Marco Antonio Delfino, Paulo Paim, Marta Maria Azevedo e Cleber Buzatto na CDH

Justiça, estudar um valor para as indenizações que já possa ser incluído no Orçamento da União de 2013. Delcídio observou, no entanto, que o Executivo deve se comprometer a não contingenciar nem cortar os recursos aprovados.

A presidente da Funai disse que o reconhecimento do governo federal de que errou e tituló aos produtores terras que eram dos índios deve ser tratado com o Ministério Público. Para o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber César Buzatto, para que o Estado reconheça o direito dos indígenas, a Funai deve ser equipada com servidores e com recursos.

## Senadores visitarão índios da área de conflito

Um grupo de senadores visitará os índios guaranis-caiúas de Dourados (MS) para conhecer as dificuldades que enfrentam. A sugestão foi apresentada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Os senadores que integrarão a comitiva pertencem à Comissão de Direitos Humanos. A data da viagem ainda não foi marcada.

Apesar de só agora a situação dos índios ter mobilizado a opinião pública, Randolfe afirmou que eles vêm enfrentando

problemas há muito tempo. Para ele, é necessário um acompanhamento mais profundo do Senado e do governo.

A convite de Eduardo Suplicy (PT-SP), a presidente da Funai, Marta Maria Azevedo, poderá participar da viagem. Na avaliação de Suplicy, o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, também deveria integrar o grupo.

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a criação de uma comissão parlamentar para

acompanhar a situação da demarcação de terras e a efetiva posse delas pelos índios.

Apesar de considerar legítimos os processos judiciais referentes à regularização de terras, João Capiberibe (PSB-AP) criticou a demora das decisões dos tribunais.

— Não é possível que o Estado demarque as terras e fique pendente em alguma das instâncias judiciais, e essas populações permaneçam em estado de conflito — disse.

## Drama dos caiúas não está resolvido, alerta Randolfe



Apesar de a Justiça ter suspenso a ordem de expulsão dos índios guaranis-caiúas de suas terras no Mato Grosso do Sul, a situação dramática daquele povo ainda está longe de ser resolvida, disse Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

— É necessário acompanhar.

Os anos têm sido de chacina continuada, de extermínio desse povo. Nós não podemos permitir que 170 remanescentes de um povo, que vivem em uma área de apenas dois hectares, da qual se recusam a sair porque são terras ancestrais de seu povo, sejam dizimados diante de nossos olhos — disse.

Ele comentou ainda artigo da ex-senadora e ex-ministra Marina Silva sobre o caso, publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em que ela defende os direitos dos índios.

## Cristovam pede programa eficaz de terras para índios

Os índios guaranis-caiúas de Mato Grosso do Sul estão sendo submetidos a uma condição degradante ao serem impedidos de utilizarem suas terras, o que tem provocado o massacre, a dizimação lenta de sua etnia, lamentou Cristovam Buarque (PDT-DF).

— Todos nós somos responsáveis. Deixar que um grupo social morra por falta de recursos é uma forma de massacre silencioso, que não tem um ou dois ou três responsáveis — disse.

O senador criticou o governo por não implementar, de maneira eficaz, programa de distribuição de terras para populações indígenas. Para ele, o direito à terra é muito mais importante que o direito à educação superior, o que torna a lei das cotas, que reserva vagas para índios em universidades públicas, “uma hipocrisia”.



## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### SEGUNDA

#### PLENÁRIO: Homenagem a magistrados

11h O Plenário comemora os 63 anos da Associação dos Magistrados do Brasil. Às 16h, a sessão é não deliberativa.

#### PRESIDÊNCIA: Mérito cultural

11h O presidente do Senado, José Sarney, participa da cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultural 2012, no Palácio do Planalto.

#### CONGRESSO: Marquês de Paranaguá

18h30 Sessão solene do Congresso vai homenagear o centenário de falecimento do marquês de Paranaguá.

#### CDH: Quilombolas

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos discute a situação dos quilombolas. A ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Helena de Bairros, está entre os convidados.

#### CPI DA MULHER: Rio de Janeiro

Comissão parlamentar de inquérito que investiga a violência contra a mulher realiza diligência no Rio de Janeiro em órgãos de atendimento à mulher vítima de agressões.

### TERÇA

#### CDC: Comércio eletrônico

8h30 A comissão temporária que examina alterações no Código de Defesa do Consumidor se reúne para discutir proposta sobre comércio eletrônico.

#### CDH: Adoção

9h As suspeitas em relação a juizes em processos de adoção de crianças serão tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

#### CDR/CAINDR: Amazônia

9h As comissões de Desenvolvimento Regional e da Amazônia realizam, com a Câmara, o 6º *Simpósio Amazônia: desenvolvimento regional sustentável*.

#### CAE: Pacto federativo

10h A Comissão de Assuntos Econômicos realiza audiência pública para debater as propostas apresentadas por especialistas sobre pacto federativo.

### CE

#### Língua estrangeira

11h Projeto que estabelece a fluência oral dos alunos como objetivo do ensino de língua estrangeira na educação básica consta da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

#### PRIMEIRA INFÂNCIA: Teoria e prática

9h30 A 5ª *Semana de Valorização da Primeira Infância* terá como tema “O desenvolvimento integral da criança — teoria e prática”. Participam do evento especialistas do Brasil e do exterior.

#### CMA: Estímulo à reciclagem

11h30 A Comissão de Meio Ambiente examina, entre outras matérias, projeto de lei que permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos e atividades de reciclagem.

### QUARTA

#### CCT: Telecomunicações

9h Comissão de Ciência e Tecnologia debate a participação do Senado em conferência mundial de telecomunicações a ser realizada em dezembro pela União Internacional de Telecomunicações.

#### CAS: Benefício a empresas

9h Comissão de Assuntos Sociais examina projeto que altera o Fundo de Amparo ao Trabalhador para estimular os arranjos produtivos locais. Após a reunião, lançamento do 13º número da revista *Em Discussão!*

#### CMC: Mudança climática

14h Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas debate com especialistas planos de mitigação e adaptação à mudança do clima. Será discutido, entre outros, o Plano Decenal de Expansão de Energia.

### QUINTA

#### CCT/CMA/CDR/CAS: Telecomunicações

9h Audiências conjuntas das comissões de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Regional e de Assuntos Sociais instruirão projeto sobre normas de políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova proposta que pretende facilitar substituição de insumos importados por matéria-prima disponível no país



Eduardo Suplicy (E), Benedito de Lira, Ana Amélia, Tomás Correia e Sérgio Souza participam da aprovação de vários projetos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida por Acir Gurgacz

## Projeto visa evitar que produtor de carne seja explorado por frigorífico

Para evitar abusos das empresas frigoríficas sobre os produtores de carne bovina e suína, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou na quinta-feira projeto que obriga a comunicação diária, ao Ministério da Agricultura, dos preços pagos pelos animais adquiridos para abate.

As informações deverão ser fornecidas pelos frigoríficos em até cinco dias após o abate e serão mantidas em sigilo. Além do preço pago pela arroba do animal vivo, as empresas terão de informar o número de animais e o peso médio por lote, discriminados por sexo e idade, com distinção entre rastreados e não rastreados.

Relatora do projeto (PLC 85/11), Ana Amélia (PP-RS) manteve o texto substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde a proposta também foi relatada por ela.

Segundo Ana Amélia, a iniciativa dá maior visibilidade a informações essenciais à tomada de decisão pelo mercado de carne. A senadora avalia que, se aprovada, a nova lei oferecerá proteção comercial aos produtores.

Proposto pelo deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), o projeto previa originalmente que apenas frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) fossem obrigados a prestar as informações.

A relatora apresentou emenda estendendo a obrigação a todas as empresas do setor no país. Ela também ampliou o controle para o mercado da carne suína.

O projeto terá que passar por nova votação na Comissão de Agricultura, em turno complementar, porque foi aprovado substitutivo integral ao projeto. Depois voltará à Câmara, se não houver recurso para exame no Plenário.

## Cana poderá ser cultivada em Cerrado na Amazônia Legal

Projeto que autoriza o cultivo de cana-de-açúcar em área de Cerrado e campos gerais na Amazônia Legal também foi aprovado na quinta-feira pela CRA.

Segundo o autor do texto (PLS 626/11), senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a proposta não prevê abertura de novas áreas para cultivo, e sim a utilização de áreas subutilizadas pela agricultura.

Para o relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o cultivo da cana em área de Cerrado na Amazônia Legal vai contribuir para o desenvolvimento da região.

Em debate na quinta-feira, o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), e o senador Tomás Correia (PMDB-RO) consideraram injustificável a restrição hoje existente ao plantio de cana na Amazônia, em áreas já desmatadas.

A matéria segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde terá decisão final.

## Proposta incentiva turismo rural em pequenas propriedades

Outra proposta aprovada pela CRA na quinta-feira permite que agricultores familiares possam explorar o potencial turístico de suas propriedades rurais durante todo o ano, como complementação à renda da produção agropecuária.

O texto (PLS 45/12), do então senador Lauro Antonio, qualifica o empreendedor desse setor como empregador rural para todos os efeitos trabalhistas, mesmo que seus empregados exerçam atividades tipicamente urbanas, como de garçons, recepcionistas e arrumadeiras.

Sob a alegação de que esse tipo de turismo ocorre principalmente nos finais de semana e feriados, o autor prevê a contratação de trabalhador rural por curto prazo.

A proposta teve voto favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS), e ainda será analisado por duas comissões do Senado antes de seguir para a Câmara.

# Uso de rocha moída como fertilizante é aprovado

PARA REDUZIR a dependência da agricultura brasileira de fertilizantes importados, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou quinta-feira regras prevendo o registro de rochas moídas para uso como insumo agrícola — processo conhecido como rochagem. Se não for apresentado recurso para votação em Plenário, o texto segue para exame da Câmara dos Deputados.

O projeto (PLS 212/12), de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), formaliza a produção e o comércio dos chamados remineralizadores, incluindo as rochas moídas no grupo de insumos agrícolas regulamentados pela Lei 6.894/80.

Atualmente, para garantir a oferta dos insumos que compõem as formulações dos fertilizantes mais utilizados, o país importa 75% de nitrogênio, 51% de fósforo e

91% de potássio. Entre 2010 e 2011, informou Rollemberg, houve aumento de 32% do consumo desses compostos, tendo a produção doméstica aumentado apenas 4,04%, no mesmo período.

Para o senador, essa situação coloca em risco a segurança alimentar do Brasil, sendo a rochagem uma alternativa a partir de matéria-prima disponível no país.

### Substratos

Além dos remineralizadores, o relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), incluiu substratos para plantas entre as quatro categorias de insumos já tratadas na lei: fertilizantes, corretivos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes. Pessoas físicas ou jurídicas que produzam esses insumos serão obrigadas a registrar o produto no Ministério da Agricultura.

O relator também modificou

o texto para estabelecer o conceito de remineralizadores, definidos como materiais de origem mineral que tenham sofrido redução de tamanho por processos mecânicos e que alterem os índices de fertilidade do solo por meio da adição de macro e micronutrientes para as plantas. Além disso, devem promover a melhoria das propriedades físicas, físico-químicas ou da atividade biológica do sol.

Durante o debate, Rollemberg agradeceu as contribuições das pesquisas do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, para o desenvolvimento da rochagem. Ana Amélia (PP-RS) destacou a utilidade da prática para a agricultura brasileira e, acompanhada de Sérgio Souza, fez uma homenagem à pesquisadora Suzi Theodoro, pela qualidade dos estudos realizados sobre o tema.

## Plenário vai avaliar criação de fundo para produção de caju

A CRA acolheu substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto que institui o Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju), e o texto segue para votação final em Plenário.

Entre outros objetivos, o Funcaju visa financiar a modernização da agroindústria do caju, incentivar a exportação e assegurar condições de remuneração a produtores e trabalhadores.

O Funcaju será alimentado com recursos orçamentários da União, doações de instituições e rendimento de aplicação financeira.

Relator do PLS 163/00 na CRA, o senador Benedito de Lira (PP-AL) destacou a relevância do caju para a economia do Nordeste e na dieta alimentar. Ele alertou para as dificuldades enfrentadas pelos produtores.

Segundo o parlamentar, de 2006 para 2010 o Brasil caiu do quarto lugar na produção mundial (236 mil toneladas) para a sétima posição (102 mil toneladas).

Mesmo com a recuperação verificada em 2011, informou Benedito, o setor ainda carece de investimento em infraestrutura, pesquisa e apoio à produção.

— Não resta dúvida de que os recursos do Funcaju permitirão ao Executivo prover políticas setoriais fundamentais para o desenvolvimento da cultura do caju — disse.

## Agrotóxico falso pode dar até seis anos de prisão

A falsificação de agrotóxicos pode virar crime com pena de três a seis anos de prisão mais multa. Projeto de Humberto Costa (PT-PE) foi aprovado quinta-feira na CRA e segue para votação final na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ).

O texto (PLS 438/11) também torna crime importar, exportar, vender e armazenar agrotóxicos sem registro em órgão federal. Poderá pegar a mesma pena quem vender para uso diferente do previsto no registro.

Com a medida, Humberto quer reprimir a produção clandestina do veneno conhecido como “chumbinho”, produzido a partir de inseticidas e acaricidas agrícolas, mas utilizado nas cidades como raticida.

## Grupo realizará debate sobre cultura do cacau

Os problemas que afetam a produção de cacau serão debatidos na CRA. O requerimento da audiência foi apresentado por Benedito de Lira (PP-AL), Lídice da Mata (PSB-BA) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

A CRA também vai debater, em conjunto com a CAE, a safra de laranja de 2012 e 2013, por requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP); o papel da logística no crescimento da agricultura brasileira, por requerimento de Ana Amélia (PP-RS); e as ações de reforma agrária em Rondônia, por sugestão de Acir Gurgacz (PDT-RO).



Raldonfe Rodrigues (D) critica a extensão por 48 dias, considerada por Alvaro Dias (3º à dir.) um simulacro de prorrogação

# Oposição propõe que MP continue o trabalho da CPI

Parlamentares que defendiam prorrogação maior para as investigações do Congresso sobre as relações de Carlinhos Cachoeira planejam levar representação à Procuradoria-Geral da República

INSATISFEITOS COM A prorrogação de 48 dias da CPI Mista do Cachoeira, parlamentares que defendiam prazo maior para as investigações pretendem levar à Procuradoria-Geral da República uma representação para que o órgão continue o trabalho que a CPI, segundo eles, não terá tempo de concluir.

— Nossa esperança é que o Ministério Público possa instaurar os procedimentos para responsabilização civil e criminal dos envolvidos neste grande escândalo de corrupção — explicou o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR).

O senador defende novas quebras de sigilos de dezenas de empresas que teriam recebido recursos públicos supostamente desviados pela empreiteira Delta.

Para o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), não há nenhuma dúvida sobre a atuação dessas empresas.

— Já temos o sigilo da Delta, sabemos quem mandou recursos para elas e sabemos que lavaram dinheiro. Mas sem um prazo maior, não desvendaremos o esquema — opinou.

## “Não há blindagem”

O relator, Odair Cunha (PT-MG), defende-se das críticas afirmando que seu relatório abrirá novas investigações.

— Todas as movimentações suspeitas serão encaminhadas ao Ministério Público. Quem descobriu as movimentações suspeitas da Delta foi a CPI. Portanto, não existe blindagem. Se houvesse, não teríamos chegado até aqui.

O requerimento para

estender as atividades por 48 dias foi lido quinta-feira no Plenário pelo vice-presidente do Senado, Anibal Diniz. O pedido havia sido protocolado um dia antes na Mesa do Congresso.

O encerramento dos trabalhos estava previsto para 4 de novembro. Com a prorrogação, o fim das atividades coincidirá com o da sessão legislativa de 2012, em 22 de dezembro. Parlamentares de oposição queriam prazo de 180 dias, que levaria as investigações da CPI ao próximo ano.

Segundo Anibal, o requerimento contém o número regimental exigido de assinaturas (27 senadores e 171 deputados) e será publicado hoje no Diário do Senado. Também será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

## “Prazo decreta fim das investigações”, diz Alvaro

Após a leitura do requerimento prorrogando a CPI por 48 dias, Alvaro Dias criticou a decisão em Plenário. Segundo ele, é inviável realizar no período aprovado as quebras de sigilo de cerca de 30 empresas de fachada que podem ter recebido recursos públicos repassados

pela empreiteira Delta. O senador disse que a decisão, na prática, decreta o fim das investigações e que o resultado será um “relatório chapa branca”. Ele afirmou que a comissão está “jogando o lixo para baixo do tapete”.

— Há um simulacro de prorrogação — acusou. Na opinião do senador,

o governo usou a CPI para desviar as atenções do julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal.

— O objetivo da instalação desta CPI era ferir a oposição em Goiás, o PSDB. Mas se verifica agora que não desejam investigar para valer — disse Alvaro.

## Diário da comissão

A CPI do Cachoeira foi instalada em abril, a partir das operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, que investigaram as atividades ilícitas do contraventor.

**29|fev** Acusado de chefiar rede de exploração de jogos ilegais, **Carlinhos Cachoeira** é preso em Goiânia na Operação Monte Carlo, da PF.

**3|mar** Revista *Veja* denuncia ligação do então senador **Demóstenes Torres** (DEM-GO) com Cachoeira. Gravações mostram que o parlamentar recebera presentes do contraventor.

**6|mar** Demóstenes nega relação com o esquema.

**28|mar** PSOL faz denúncia formal contra Demóstenes no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

**9|abr** Wellington Dias (PT-PI), Pedro Taques (PDT-MT) e Alvaro Dias (PSDB-PR) defendem criação da CPI.

**15|abr** Divulgado áudio em que o dono da Delta Construções, Fernando Cavendish, acusado de ligação com Cachoeira, fala sobre compra de políticos.

**19|abr** Congresso formaliza criação da CPI, com a assinatura de 72 senadores e 337 deputados.

**25|abr** CPI é instalada. Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) é o presidente.

**22|maio** Amparado por habeas corpus, Cachoeira fica calado na CPI.

**29|maio** CPI quebra sigilos bancário, fiscal e telefônico da Delta.

**30|maio** CPI aprova convocações dos governadores **Marconi Perillo** (PSDB-GO) e **Agnelo Queiroz** (PT-DF), mas rejeita convocação de Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

**31|maio** Demóstenes comparece à CPI, mas prefere se calar.

**12|jun** Governador Marconi Perillo (GO) dá explicações sobre venda da casa em que Cachoeira foi preso.

**13|jun** Governador Agnelo Queiroz (DF) se diz perseguido por ter barrado tentativa de Cachoeira de firmar contratos com o GDF.

**15|jun** Juiz federal Tourinho Neto defere habeas corpus para soltar Cachoeira, que, no entanto, continua preso na Papuda (DF) por causa de mandado de prisão decorrente de outra operação da PF, a Saint Michel.

**18|jun** Juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, que teria sido ameaçado, pede para se afastar do caso.

**11|jul** Senado aprova a cassação de Demóstenes por 56 votos a 19, com 5 abstenções.

**30|jul** Juiz federal Rocha Santos, de Goiânia, diz que **Andressa Mendonça**, mulher de Cachoeira, tentou chantageá-lo para conceder benefícios ao contraventor.

**7|ago** Invocando direito constitucional, Andressa fica calada na CPI.

**28|ago** Ex-diretor geral do Dnit Luiz Antônio Pagot admite à CPI que fez indicações de empreiteiras que poderiam colaborar com a campanha presidencial de Dilma Rousseff, em 2010.

**29|ago** Fernando Cavendish, dono da Delta, fica em silêncio na CPI.

**4|set** CPI decide que novos depoimentos e votações de requerimentos só serão realizados após o primeiro turno das eleições.

**13|set** Revoltado com interrupção dos trabalhos, senador Pedro Simon (PMDB-RS) pede que Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado avalie comportamento dos parlamentares que integram a CPI.

**18|set** CPI pede ao MPF em Goiás que requeira à Justiça o sequestro dos bens da organização de Cachoeira, avaliados em cerca de R\$ 150 milhões.

**9|out** Deputado Carlos Leréia (PSDB-GO) diz na CPI ter trocado favores com Cachoeira, mas nega conhecimento sobre atividades ilícitas do contraventor.

**16|out** Representantes partidários decidem suspender novamente os trabalhos, por causa do 2º turno das eleições.

**31|out** Grupo que defendia mais seis meses de investigações é derrotado. Chega à Mesa do Congresso requerimento para prorrogação dos trabalhos por mais 48 dias.



Pedro Franco/Agência Senado

João Capiberibe (PSB-AP) elogiou a decisão do Tribunal de Justiça do Amapá (TJ-AP) de acatar denúncia do Ministério Público contra os deputados estaduais Moisés Souza (PSC) e Edinho Duarte (PP) e outros 11 envolvidos em esquema de contratos fraudulentos que pode ter resultado em prejuízo de mais de R\$ 5 milhões aos cofres do estado.

O senador considerou histórica a decisão dos desembargadores de manter afastados da Assembleia Legislativa os acusados de desvio.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O estado de São Paulo precisa aceitar ajuda do governo federal para o combate à violência, defendeu Eduardo Suplicy (PT-SP), na quinta-feira. Ele lembrou que, desde o início no ano, 86 policiais militares foram mortos no estado.

O senador argumentou que “o interesse público deve estar acima do partidário”. E elogiou a abertura do governador Geraldo Alckmin à colaboração com o governo federal. Para Suplicy, dificuldades sociais estão na raiz de grande parte da criminalidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) disse, na quarta-feira, que pretende apresentar proposta proibindo divulgação de pesquisas de intenção de voto 15 dias antes das eleições. Objetivo é evitar influência sobre o eleitor.

Ele citou pesquisa realizada pelo Ibope em Joinville (SC) dando conta de que o candidato do PSD, Kennedy Nunes, ganharia as eleições por 18 pontos percentuais.

— No domingo, comemorávamos a vitória do empresário Udo Döhler, candidato do PMDB.

# Relator prevê reajuste de 5% a servidor federal

Jucá diz que "limitação financeira brutal" impede aumentos salariais maiores; relatório permite a cada parlamentar apresentar emendas no valor total de R\$ 15 milhões

OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS federais devem ter reajuste salarial de no máximo 5% no ano que vem, segundo o relatório preliminar do projeto do Orçamento da União de 2013 (PLN 24/12). Novos aumentos de 5% serão previstos também para 2014 e 2015.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator-geral do projeto, entregou o documento à Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quinta-feira.

Os 5% de 2013 representarão um gasto de R\$ 1,1 bilhão. Será difícil, segundo Jucá, conceder reajustes maiores, devido à "limitação financeira brutal".

O senador explica que os R\$ 11,3 bilhões previstos para reestruturar as carreiras do

funcionalismo correspondem a pouco mais de 5,5% das despesas com pessoal fixadas para 2012. Algumas carreiras foram excluídas do aumento de remuneração (5%, em 2013) e outras terão aumento distinto, como militares, professores e comissionados do Executivo.

Jucá explica que as carreiras não contempladas em projetos de lei já em tramitação no Congresso Nacional sujeitam-se à limitação prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013. Segundo a lei, somente é permitida a inclusão de recursos no Orçamento para aumento de remuneração quando houver proposta iniciada até 31 de agosto.

A Constituição também veda

aumento de despesa, pelo Legislativo, nos projetos de iniciativa privativa dos outros Poderes, assinala Jucá.

## Emenda parlamentar

No relatório preliminar, Jucá detalhou os critérios que utilizará na avaliação do projeto do Orçamento. Um deles foi manter em R\$ 15 milhões o valor das emendas por parlamentar, com a destinação de no mínimo R\$ 2 milhões à área de saúde. Para atender aos 513 deputados e 81 senadores, ele reservou R\$ 8,9 bilhões.

Jucá separou R\$ 10,3 bilhões para as emendas coletivas (de bancadas e comissões).

A origem dessa reserva de recursos está na reestimativa



Romero Jucá dá entrevista sobre o projeto do Orçamento da União de 2013

de receitas de R\$ 22 bilhões, aprovada pela CMO na quarta-feira, e na reserva de contingência de R\$ 6,7 bilhões. O total é de R\$ 28,7 bilhões.

Para que tudo dê certo, segundo Jucá, é preciso que se concretizem as seguintes previsões para 2013: crescimento do PIB de 4,5% e inflação também de 4,5%. O projeto estima as receitas totais em R\$ 2,1 trilhões.

O relatório preliminar exclui a possibilidade de haver emendas de iniciativa dos municípios. Segundo ele, o Executivo não se interessou em executá-las em anos anteriores. Como eram emendas que destinavam recursos para a saúde, o governo entendeu que as necessidades locais já seriam

supridas pela programação comum dos órgãos federais.

Até amanhã, a CMO receberá emendas ao relatório preliminar (espécie de roteiro de trabalho para o exame do Orçamento). Depois de aprová-lo, a comissão passará a receber emendas ao projeto de lei orçamentária.

Jucá afirmou que "corre contra o relógio" para que o texto seja aprovado até o fim do ano. Após as emendas parlamentares, entrarão em campo os relatores setoriais, que cuidarão de áreas como saúde, educação e defesa.

Com base nos relatórios setoriais, Jucá elaborará o relatório final, que será votado na CMO e no Plenário do Congresso.

## O projeto de Orçamento em números

Receitas e despesas previstas nos projetos orçamentários deste ano e do ano que vem (em R\$ bi)

	2012		2013		VARIACÃO (%)	
	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS
<b>1. Orçamento da União</b>	2.225,1	2.225,1	2.250,9	2.250,9	1,2	1,2
<b>2. Refinanciamento da Dívida Pública</b>	653,2	653,2	610,1	610,1	(6,6)	(6,6)
<b>3. Orçamento da União Efetivo (1-2)</b>	1.571,9	1.571,9	1.640,8	1.640,8	4,4	4,4
3.1. Orçamento de Investimento das Estatais	106,8	106,8	110,6	110,6	3,6	3,6
3.2. Orçamento Fiscal e Seguridade Social	1.465,1	1.465,1	1.530,2	1.530,2	4,4	4,4
3.2.1. Orçamento Fiscal	942,3	876,3	925,1	886,4	(1,8)	1,2
3.2.2. Orçamento da Seguridade Social <sup>1</sup>	522,7	588,7	605,1	643,8	15,8	9,4

(1) Despesas com saúde, previdência e assistência social

Fonte: PLOA 2012 e 2013

Documento considera projetos de lei que reestruturam carreiras

Várias propostas com objetivo de reestruturar carreiras da administração pública tramitam no Congresso, observou Romero Jucá no relatório preliminar. Ele cita 18 projetos para os Três Poderes.

O relator diz que propostas orçamentárias originariamente encaminhadas ao Executivo pelo Judiciário e o Ministério Público da União (MPU) referentes à elevação de salários desses órgãos (com impacto total de R\$ 8,3 bilhões, em 2013) foram remetidas ao Congresso. Esse total não integra o conjunto das programações do projeto para 2013, constituindo apenas informação complementar.

Jucá esclarece que o Executivo estudou cenários para os próximos anos e chegou a um espaço fiscal que indicou a possibilidade de reajuste para as carreiras do Judiciário e do MPU similar ao negociado com as do Executivo, equivalente a 15,8% do valor atual em três anos, sendo 5% ao ano até 2015, com impacto de R\$ 1,1 bilhão em 2013.

O senador salientou que foram respeitados os limites totais de despesa com pessoal e encargos sociais previstos na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Despesas com pessoal aumentarão 11,2% em 2013

As despesas do poder público federal com pessoal, que cresceram menos de 2% neste ano, deverão aumentar 11,2% em 2013. As transferências constitucionais a estados e municípios subirão 11,2%. Já a elevação prevista dos investimentos será de 13,6%.

Os dados constam do relatório preliminar do projeto do Orçamento da União de

2013, elaborado pelo senador Romero Jucá.

As despesas com pessoal e encargos sociais compreendem gastos com servidores civis e militares, ativos e inativos, da administração pública federal, do Distrito Federal e dos extintos territórios federais.

Os encargos sociais também contemplam o regime próprio

de previdência dos servidores públicos federais.

A proposta orçamentária para 2013 fixou essas despesas em R\$ 226 bilhões — R\$ 162,9 bilhões em despesas do Executivo, R\$ 23,9 bilhões do Judiciário, R\$ 3,2 bilhões do Ministério Público da União, R\$ 7,9 bilhões do Legislativo, R\$ 16,9 bilhões de outros encargos e R\$ 11,1 bilhões de

reserva de contingência.

O Orçamento proposto para 2013 é 1,2% maior do que aquele representado pelo projeto de lei orçamentária para 2012. Desconsiderada a rolagem da dívida, em declínio, há acréscimo nominal nos orçamentos restantes de 4,4%. Os investimentos programados das estatais também se apresentam crescentes (3,6%).

## Comissão mista divulga lista com 73 mil precatórios de 2013

A Comissão Mista de Orçamento divulgou na internet a lista de precatórios federais inscritos para pagamento no próximo ano.

Em 2013, segundo o presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), serão mais de R\$ 17 bilhões, referentes a 73.536 sentenças judiciais.

Em junho, pela primeira vez, a CMO disponibilizou esse serviço à sociedade, e os precatórios foram um dos temas que mais motivaram ligações e e-mails da população para a comissão.

Segundo Pimenta, a divulgação é uma tentativa de combater o "mercado paralelo" de compra e venda

de precatórios no país.

De acordo com a CMO, quem não possui o número de seu precatório deve pesquisar nos sites do Poder Judiciário, solicitar ao advogado ou à Vara da Justiça onde tramita a ação.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e outros órgãos que não enviaram dados digitalizados não foram incluídos na lista (disponível em <http://bit.ly/precatórios>).

Cada arquivo contém o órgão do Judiciário cadastrador do precatório, o órgão da União efetivamente devedor, o número sequencial do precatório, o valor e a natureza da demanda.

Com Agência Câmara

## Jucá alerta para conflito entre Plano Plurianual e Orçamento

O modelo atual de planejamento pode dificultar a verificação direta da compatibilidade entre os recursos orçamentários alocados em programas e ações no projeto de lei do Orçamento da União de 2013, em tramitação no Congresso Nacional, e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, aprovado no ano passado.

A observação é do senador Romero Jucá (PMDB-RR) e consta de seu relatório preliminar do Orçamento da União de 2013.

O PPA 2012-2015 define as políticas públicas do governo federal com o objetivo de organizar sua atuação. O PPA deve direcionar a gestão pública, sendo as iniciativas constantes

do próprio plano o elo entre o PPA e o Orçamento.

No entanto, Jucá lembra que, na proposta orçamentária, o crédito orçamentário (valor autorizado da despesa) está associado à ação orçamentária, inexistindo a classificação "iniciativa". A associação entre as ações orçamentárias e as iniciativas consta, porém, de relação anexa ao projeto do Orçamento.

Outro fator a ser observado, ressalta Jucá, refere-se ao processo de redução do conteúdo informativo das ações orçamentárias, como categoria de programação de despesa, à medida que seus títulos vêm perdendo conteúdo e força descritiva, tornando-se menções genéricas das propostas de intervenção governamental.

# Propostas de estudantes avançam no Senado Federal

Cinco projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição foram apresentados por vencedores do concurso de redação no ano passado durante simulação de três dias no Projeto Jovem Senador

SEGURANÇA PÚBLICA E sistema educacional são os temas das seis propostas de participantes do Projeto Jovem Senador que foram acolhidas e aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto seleciona redações de alunos do 2º e do 3º ano do ensino médio de escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, de 16 a 19 anos, e os 27 vencedores (um de cada unidade da Federação) experimentam três dias de simulação de atividade legislativa no Senado, discutindo e elaborando projetos que podem tramitar de verdade. Para os vencedores do concurso deste ano, a simulação será de 19 a 22 de novembro.

Entre as ideias apresentadas ano passado, há até uma proposta de emenda à Constituição, a PEC 26/12, de Alex Alencar (AC), que cria um programa de valorização e capacitação para servidores policiais e determina a aplicação obrigatória de recursos mínimos nas ações e serviços de segurança, como ocorre com a educação e a saúde. A PEC aguarda designação de relator na CCJ.

Os outros projetos tratam de educação. O PLS 183/12, de Jackeline Canuto Silva (SP), torna obrigatória no Ensino Médio a realização de ciclos de debates bimestrais sobre a realidade social e política brasileira. Para os encontros, seriam convidados políticos eleitos. O projeto aguarda análise na Comissão de Educação (CE) e tem como relator Luiz Henrique (PMDB-SC).

O PLS 184/12 estabelece que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação deve garantir alocação de recursos orçamentários suficientes para o padrão de qualidade do ensino. O projeto é de Ivan Brito (AL) e está sendo relatado na CE por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Já o PLS 185/12 determina que professores da educação básica detenham comprovada qualificação. Segundo a autora, Adrielle Souza (BA), a falta de professores com formação é problema crucial da educação brasileira. O projeto está sob a relatoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) na CE.

Ainda sobre educação, há o PLS 211/12. A sugestão de Jéssica Perez (MS) inclui programas de avaliação seriada, com exames ao fim de cada ano do ensino médio, como processo alternativo de acesso aos cursos de graduação das instituições federais. O

projeto aguarda relatório de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) na CE.

Implantação de bibliotecas e laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental ou médio é tema do PLS 256/12, de Thalyta Nascimento (RR), com relatoria de Ana Rita (PT-ES), também na CE.

O concurso de redação deste ano teve como tema "Meu município, meu Brasil". Os nomes dos finalistas foram divulgados em outubro. Além dos três dias no Senado, eles serão premiados com notebook, medalha, certificado e publicação da sua redação em livreto produzido pelo Senado.

**Jovens senadores ganham notebook, publicação em livreto, medalha e certificado**



Paulo Vicente Alves, da Fundação Dom Cabral, fala no Auditório do Interlegis no encerramento do Mês do Servidor

## Professor defende revisão na lei de licitações

O professor Paulo Vicente dos Santos Alves, da Fundação Dom Cabral, defendeu no Senado, na quarta-feira, a revisão da lei de licitações e administração pública, para incentivar novos fornecedores e aumentar a competição no país.

— O Brasil precisa repensar como faz o seu sistema de controle, para igualar as oportunidades aos fornecedores da União — disse o professor ao fazer a palestra "Cenário e desafios para a administração pública", no auditório do Interlegis, no encerramento da programação do Senado em homenagem ao Mês do Servidor.

Alves também destacou a importância de o país valorizar as políticas de longo prazo e planejar investimentos

até 20 anos antes de executar projetos.

Ele acredita que a fonte de renda para futuras ações virá, justamente, de planejamentos bem executados no presente. Historicamente, lembrou, o desenvolvimento segue um ciclo de crises e transformações a cada 50 anos.

De acordo com o professor, uma vez que não há mais espaço para aumentar impostos no país, é preciso melhorar a gestão financeira para buscar melhores resultados com menor gasto.

Na área de recursos humanos, disse, o importante é a gestão por competências, com a identificação de características pessoais, atitudes, habilidades, conhecimento e comportamento para melhor

adequar o profissional à sua atividade.

### Homenagens

Também na quarta-feira, o coral do Senado se apresentou na inauguração do novo espaço da Secretaria Especial de Recursos Humanos da Casa (SERH).

A programação do Mês do Servidor envolveu uma série de eventos. Entre eles, a apresentação do maestro e pianista João Carlos Martin. Também foi realizada a exposição *Era Uma Vez... 85 anos de direitos garantidos para as crianças*.

Como evento paralelo, o prédio do Congresso recebeu iluminação colorida para marcar a campanha "Outubro Rosa" de combate ao câncer de mama.

## Senado promove semana de valorização da primeira infância

O Senado promove, a partir de amanhã até o dia 8, a 5ª *Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz*. "O desenvolvimento integral da criança — teoria e prática" será o tema de conferências e cursos ministrados por 14 especialistas do Brasil e exterior nas áreas de saúde materno-infantil e educação.

A abertura será amanhã, às 9h30, no Auditório Petrônio Portella. O ciclo de conferências começa também amanhã, às 14h30. A apresentação será conduzida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Na quarta-feira, às 9h, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) abre o painel *Novas Políticas Governamentais: o estado da arte*. Na quinta-feira, às 10h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promove audiência pública sobre "Primeira infância e cultura da paz".

Outras informações em [www.senado.leg.br/senado/programas/infanciaepaz](http://www.senado.leg.br/senado/programas/infanciaepaz).

## Revista *Em Discussão!* vai tratar de segurança do motociclista

O lançamento do 13º número da revista *Em Discussão!* será realizado quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), conforme requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS) aprovado pelo colegiado. A publicação traz a cobertura de dois seminários realizados pela comissão sobre a segurança no trânsito para os motociclistas.

Nos debates, especialistas destacaram o crescente uso de motocicletas em todo o país, seja como meio de transporte ou como instrumento de trabalho de motoboys, motofrentistas e mototaxistas. Esse crescimento é também acompanhado de expressivo aumento de acidentes envolvendo motociclistas, com elevação do número de mortes, situação que os debatedores classificaram de uma "epidemia de óbitos".

A revista *Em Discussão!* pode ser lida em [www.senado.leg.br/emdiscussao](http://www.senado.leg.br/emdiscussao).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Brasil precisa melhorar suas rodovias, alerta Ana Amélia

Na véspera do Dia de Finados, Ana Amélia (PP-RS), preocupada com o aumento no número de acidentes nas estradas em feriados, destacou a necessidade de melhoria nas condições das rodovias com obras de manutenção, construção e duplicação. Ela considera necessário fazer desembolsos orçamentários para a área de transporte.

Segundo a senadora, pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) revela que dois terços das estradas pavimentadas do Brasil estão em situação regular, ruim ou



Márcia Kolumbe/Agência Senado

péssima. Só no Rio Grande do Sul, seriam necessários R\$ 2,2 bilhões.

Ana Amélia ressaltou que o problema também afeta o crescimento econômico,

pois consome 22,69% de toda a receita bruta de setores estratégicos da cadeia produtiva brasileira. Buracos, deslizamento e asfalto ruim encarecem o frete e reduzem a competitividade.

A senadora disse que os ajustes precisam estar na discussão da Medida Provisória 576/12, que autoriza a criação da Empresa de Planejamento e Logística.

## Anibal: ponte do Rio Madeira deve ser licitada neste mês

O processo para a construção da ponte sobre o Rio Madeira, que beneficiará Acre e Rondônia, começará em breve, anunciou Anibal Diniz (PT-AC). O senador afirmou ter obtido do ministro dos Transportes, Paulo Passos, a garantia de que já estão sendo tomadas providências para que ainda em novembro haja a licitação para as obras.

— A intenção é que em janeiro de 2013 já ocorra a contratação da empresa que fará a obra, que deve começar ainda no mesmo ano. Estamos esperançosos de que até o



Moneira Moritz/Agência Senado

final do governo da presidente Dilma, em 2014, a obra seja concluída — afirmou.

Anibal defendeu o diretor-geral de Polícia Civil do Acre, Emylson Farias, que,

após investigação e perícia, concluiu não ter havido atentado à casa do senador Sérgio Petecão (PSD-AC) durante o período eleitoral. Segundo Anibal, o que houve foi um embate entre um policial militar e um assaltante numa rua próxima, com troca de tiros.

— Não houve evidência identificada de alvejamento na casa do senador — declarou.

Das 3,5 mil comunidades formadas por descendentes de escravos identificadas no país, apenas 189 têm hoje a titularidade da terra que ocupam; Paim propôs audiência para analisar a situação

## Comissão debate hoje os direitos dos quilombolas

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate hoje os problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas, formadas por descendentes de escravos.

A iniciativa da reunião foi de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH. Os quilombolas são um dos cinco itens prioritários apontados pela CDH ao Orçamento de 2013.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, há cerca de 3,5 mil comunidades quilombolas identificadas no país, das quais pouco mais de 1,7 mil estão certificadas

(a fundação é a responsável pela certificação). No entanto, informa a entidade, apenas 189 comunidades já obtiveram a titularidade — que dá a garantia legal — sobre as terras que ocupam.

Participam do debate a ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; o procurador Leandro Mitidieri; e José Antonio Ventura, coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas.

Também estão entre os convidados a professora de Ciência Política, História e Sociologia Lilian Cris-

tina Bernardo Gomes, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o mestre em Direito César Augusto Baldi, da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra); o diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro Alexandre Reis; e a diretora do filme *Por um Fio*, Iris Cary.

### Requerimentos

Também hoje, a CDH deve votar requerimentos de Paim para outras duas audiências públicas, uma sobre a possibilidade de acabar com o fator previdenciário, e outra sobre o cumprimento dos direitos humanos nas prisões do país.

## Homenagem aos 2 anos do Estatuto da Igualdade Racial

Os dois anos do Estatuto da Igualdade Racial foram lembrados por Paulo Paim (PT-RS), autor da proposição que deu origem à Lei 12.228/10. O senador salientou o fato de o estatuto ter sobrevivido “às forças conservadoras” e ter surgido como um instrumento jurídico, social e político. Hoje, afirmou, é um documento forte e relevante, por ter como base a experiência histórica de homens e mulheres que não

admitem o preconceito.

— Com o estatuto, várias ações se inscreveram como parte da superação da pobreza e do preconceito — disse Paim.

Para ele, o estatuto foi feito para combater todo tipo de discriminação.

— O estatuto existe para que ninguém seja discriminado pela cor da pele — afirmou.

Paim considerou que o trabalho realizado ao longo de dez anos teve um resultado



Pedro França/Agência Senado

Paim fez balanço positivo da lei oriunda de projeto de sua autoria

positivo. Para ele, o estatuto fez com que a pobreza da população negra entrasse para a pauta do governo. Exemplo disso são as cotas para a população negra e indígena nas faculdades.

### Senadora faz balanço positivo de ação contra câncer

Ana Amélia (PP-RS) fez um balanço dos resultados do movimento Outubro Rosa, voltado à conscientização para o combate ao câncer de mama. Para ela, a campanha deste ano terminou com saldo positivo, sobretudo pela aprovação pelo Senado, na semana passada, do projeto (PLS 32/97) que fixa prazo de 60 dias para que o Sistema Único de Saúde (SUS) inicie o tratamento de pacientes diagnosticados com câncer.

— Com essa lei, muitos brasileiros vão poder aumentar as chances de cura com os cuidados mais urgentes — comemorou.

De acordo com ela, nos últimos anos diversas ações têm sido implementadas para diagnóstico precoce.

— No caso do câncer de mama, essa prevenção aumenta em 95% as chances de cura — afirmou.

### Paim volta a cobrar extinção do fator previdenciário

Paulo Paim (PT-RS) voltou a cobrar da Câmara dos Deputados a votação do projeto de sua autoria que extingue o fator previdenciário. O senador lembrou que o presidente da Câmara, Marco Maia, havia prometido colocar a proposta na pauta de votações logo após as eleições. Na terça-feira, Maia anunciou que o projeto será votado até 22 de novembro.

— Fiquei perplexo com setores do governo dizendo que não têm interesse em votar. Essa porcaria de fator previdenciário confisca metade da aposentadoria do trabalhador — declarou.

Segundo Paim, o fim do fator previdenciário é um pedido unânime da população, não apenas de seu estado, mas de todo o país. Ele explicou que o fator “confisca” metade do salário do trabalhador brasileiro no ato de sua aposentadoria.

### Inácio Arruda exalta vitórias do PCdoB em eleição

A eleição dos prefeitos de Contagem (MG), Jundiá (SP) e Belford Roxo (RJ)



Waldemir Barrato/Agência Senado

foram comemoradas por Inácio Arruda (PCdoB-CE). Segundo disse, o crescimento do partido reforça expectativas para 2014 e ajuda a consolidar a base de apoio Dilma Rousseff.

Para ele, educação, segurança pública e saúde foram os temas mais cobrados pelos eleitores. Por isso, disse, defende o direcionamento para a educação de recursos dos royalties e do fundo social provenientes da exploração de petróleo.

— Não tem um passo avançado se não investirmos na educação, que deve ser tratada nos três níveis de governo — avaliou.

### Tomás Correia quer garantir fiador a alunos carentes do Fies

Tomás Correia (PMDB-RO) pediu apoio a projeto de lei de sua autoria que obriga as instituições de ensino superior vinculadas ao Fundo de Financiamento



Moneira Moritz/Agência Senado

Estudantil (Fies) a aderirem ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo.

O parlamentar avalia que a medida, que atualmente tramita na Comissão de As-

suntos Econômicos (CAE), eliminaria um grande obstáculo no financiamento das matrículas dos estudantes mais carentes.

— O instituto da fiança só se consegue

daqueles que têm algum poder econômico para dar garantia. Sabemos que o estudante pobre da periferia jamais terá condições de obter um fiador — afirmou.

### Senador elogia medidas do governo para reduzir tarifa de energia elétrica

Tomás Correia (PMDB-RO) elogiou a disposição do governo federal em enfrentar a questão das tarifas de energia elétrica, principalmente com a edição da Medida Provisória (MP) 579/12, que visa reduzir os preços cobrados. Segundo ele, as tarifas praticadas no país estão entre as mais caras

do mundo devido ao excesso de impostos e encargos setoriais, bem como ao grande uso de termelétricas.

— O governo estima uma redução de até 16,2% na tarifa dos consumidores residenciais e de até 28% na dos consumidores industriais — resumiu.

# Comissão ouve Everardo Maciel sobre propostas para novo pacto federativo

Mudanças na legislação foram apresentadas por uma comissão de especialistas instituída pelo Senado; sugestões tratam de temas polêmicos que envolvem dinheiro, como o Fundo de Participação dos Estados, os royalties da extração do petróleo e as dívidas dos estados com a União

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) realizará amanhã uma audiência pública para debater as propostas da comissão de especialistas do pacto federativo. A cerimônia de entrega das sugestões ao

Senado ocorreu na última terça-feira.

Está convidado o relator da comissão, Everardo Maciel, que vai apresentar os detalhes de cada ideia. O relatório parcial inclui nove sugestões, sendo três pro-

postas de emenda à Constituição (PEC), quatro projetos de lei e duas emendas a projetos já em tramitação.

As mudanças abrangem o Fundo de Participação dos Estados (FPE), a guerra fiscal com uso do Imposto Sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os royalties do petróleo e a dívida dos estados com a União.

A audiência foi proposta pelo senador Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente da CAE.



Moreira Manz/Agência Senado

De acordo com Fernando Collor, Poder Legislativo está inerte

## Collor: Executivo e Justiça assumem tarefa do Congresso

Fernando Collor (PTB-AL) disse que é preciso revigorar o Congresso. Segundo o senador, outros poderes e instituições estão exercendo as três funções básicas do Legislativo: fiscalizar, legislar e aprovar o Orçamento.

Para Collor, o Congresso tem pouca ou nenhuma importância na definição do Orçamento e acaba tendo o papel de apenas cancelar a vontade do Executivo.

O senador disse que a fiscalização que deveria ser feita pelo Congresso está sendo substituída pela realizada pelos meios de comunicação, pelo Ministério Público, pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Collor afirmou que legislar tem sido papel do Executivo, por meio de medidas provisórias, e do Judiciário, por meio da interpretação das leis. O senador disse que, diante disso, o Congresso permanece inerte.

— O cenário atual aponta um Judiciário fortalecido, um Executivo isolado dos outros Poderes e um Legislativo enfraquecido e de joelhos perante a mídia, o Ministério Público e a opinião pública, além de subordinado aos outros Poderes. Um Parlamento que tenta se sustentar apenas na legalidade, sem legitimidade, deixa de representar o poder popular.



Lio de Paula/Agência Senado

## Para Casildo, novas regras tirarão cidades da pobreza

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o Senado deu um importante passo para a adoção de um novo pacto federativo ao receber o relatório da comissão de notáveis que trata do assunto. As propostas da comissão abordam o fim da guerra fiscal, novos critérios de distribuição para o Fundo de Participação dos Estados, a dívida dos estados com a União e a partilha dos royalties do petróleo.

— São pilares do pacto federativo, que podem dar novos rumos ao desenvolvimento do país.

Casildo afirmou que a União detém 60% da arrecadação e que estados e municípios vivem entre a carência e os rigores da Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma forma de resolver esse problema, disse, é o novo pacto federativo.



Moreira Manz/Agência Senado

## Delcídio: esforço para votar mudança no FPE até dezembro

Delcídio do Amaral (PT-MS) participou de reunião com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, para tratar de pontos do pacto federativo, como o Fundo de Participação dos Estados. Segundo o senador, a posição da Fazenda é semelhante à de Walter Pinheiro (PT-BA), relator de projeto sobre o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos.

— Temos sinal verde para elaborar e votar uma proposta [do FPE] na CAE ainda neste ano. É assunto que preocupa toda a Federação.

O senador relatou que também foi discutida, no encontro, a divisão dos royalties do petróleo. Segundo ele, o texto que está na Câmara não atende aos anseios do seu estado, Mato Grosso do Sul.



Moreira Manz/Agência Senado

## STF deveria manter regra de fundo por mais tempo, diz Viana

Jorge Viana (PT-AC) apelou ao presidente do Senado, José Sarney, para que encaminhe um pedido ao Supremo Tribunal Federal pela prorrogação do prazo para a criação de novas regras de divisão do Fundo de Participação dos Estados. O prazo definido pelo STF, ao considerar inconstitucional o modelo atual, termina em dezembro.

Viana disse considerar o tempo restante insuficiente para uma discussão profunda.

— Peço que a partilha do Fundo de Participação dos Estados não se faça a partir de um calendário estabelecido pelo Supremo, mas pelo Senado. E que o tempo seja adequado para que se cumpra a decisão judicial e, ao mesmo tempo, para que se estabeleça algo adequado para o Brasil.



Moreira Manz/Agência Senado

## Ferraço pede respeito à Constituição nos royalties do petróleo

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu aos deputados que, ao votar a divisão dos royalties do petróleo, sigam “padrões mínimos de razoabilidade”. O senador manifestou preocupação com a perda de arrecadação do Espírito Santo, se alteradas as regras de contratos de exploração de petróleo em vigor.

Ele classificou de inconstitucional o projeto em análise na Câmara, por ofender o princípio da isonomia e violar a segurança jurídica.

— O esmagamento de minorias não é democracia. É autoritarismo.

Ferraço declarou que a Constituição é clara na previsão de royalties aos estados e municípios em que há exploração de petróleo. Lamentou que a Câmara possa vir a “rasgar contratos assinados”.



Moreira Manz/Agência Senado

## Wellington: petróleo é riqueza do país, não de poucos estados

Wellington Dias (PT-PI) pediu a aprovação do projeto de redistribuição dos royalties do petróleo. O texto, que tramita na Câmara, mantém a previsão de distribuição dos recursos entre todos os estados, e não apenas entre os produtores de petróleo, com base nos critérios do Fundo de Participação dos Estados.

— Chegamos aonde tínhamos que chegar. Está em jogo agora um interesse de país.

Para ele, autor do projeto, o texto aprovado pelo Senado significa um equilíbrio entre os interesses dos estados produtores e os dos não produtores. Wellington afirmou que as riquezas do mar pertencem à União e, por isso, são de todos os estados:

— Pertencem a todo o povo brasileiro.

## Benedito cobra medida para socorrer atuais prefeitos

Benedito de Lira (PP-AL) destacou ser importante debater mudanças no cálculo das dívidas públicas dos estados e buscar soluções para as dificuldades financeiras enfrentadas pelos atuais prefeitos.

— Em Alagoas, em mais de 80% dos municípios, os prefeitos não fecharão as contas públicas ao final do ano para entregar a seus sucessores recém-eleitos. Espero que o governo federal possa encontrar o caminho para minimizar essa dificuldade — pediu.

O senador lembrou que, em 2008, o então presidente Lula aumentou os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para socorrer prefeituras que passavam pelo mesmo problema.



Moreira Manz/Agência Senado

## Municípios não conseguem pagar dívidas, diz Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) informou que muitas prefeituras “estão no vermelho” por causa da perda de receita do Fundo de Participação dos Municípios. Segundo o senador, em seu estado, os prefeitos enfrentam dificuldades na quitação da folha de pagamento, estão sem capacidade de investimento e não conseguem pagar todos os fornecedores.

Gurgacz atribuiu o problema principalmente à desoneração fiscal promovida pela União. O senador destacou a importância de o Congresso votar, até o fim do ano, novas regras para o FPM e o FPE e um novo modelo de partilha dos royalties do petróleo que contemple todos os municípios.



Moreira Manz/Agência Senado

## Jucá quer que prefeituras repactuem dívida com INSS

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou a apresentação de projeto (PLS 392/12) para solucionar as dificuldades das prefeituras em relação a dívidas com o INSS. O senador informou que também apresentou emenda à Medida Provisória (MP) 585/12 com o mesmo objetivo.

Com as desonerações promovidas pelo governo federal nos últimos meses, explicou Jucá, os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios teve queda significativa, prejudicando o caixa das prefeituras.

— O que está sobrando para essas prefeituras não está dando para pagar as suas obrigações e seu pessoal — disse.

Tanto o projeto de lei quanto a emenda à MP abrem a possibilidade de repactuação das dívidas municipais junto ao INSS.